

**ÍNDICE DE CONFIANÇA****Inflação afasta paulistanos do comércio**

O Índice de Confiança do Consumidor de São Paulo registrou em dezembro 136,6 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). Em relação a novembro, a confiança recuou 1%. De acordo com a entidade, o consumidor demonstrou preocupação quanto à inflação, o que ampliou percepções menos otimistas quanto ao futuro. ABR

Em 2014, o que está em jogo é a credibilidade do Brasil

Economistas apostam que o governo federal irá promover mudanças para garantir o bom humor do mercado

Priscilla Arroyo

parroyo@brasileconomico.com.br

São Paulo

Economistas descartam uma mudança drástica na política econômica ao longo de 2014, mas a possibilidade de rebaixamento da nota de crédito do Brasil — como já sugeriu, por exemplo, a agência classificadora de risco Standard & Poor's — pode ser um importante incentivo para o governo promover ajustes pontuais e recuperar sua credibilidade, acreditam especialistas. Eles ressaltam que uma revisão para baixo da avaliação de risco afastaria investidores e poderia causar uma redução do capital estrangeiro no Brasil.

O economista Claudio Frischkak, que já atuou no Banco Mundial, vê erros cometidos pelo governo, mas vislumbra algumas mudanças. "Uma delas é que sejam promovidos ajustes com objetivo de recuperar a credibilidade. Estamos em uma situação difícil,

pois entramos em um ciclo vicioso de pessimismo que pode se agravar ainda mais", afirmou.

Para o economista e professor da FGV Paulo Sandroni, embora as agências de classificação de risco ainda não tenham confirmado o rebaixamento do risco soberano, o clima de cautela no ambiente de negócios está instalado. "É como se o downgrade (revisão da nota para baixo) já tivesse acontecido. Os investidores sempre se antecipam aos acontecimentos e a atitude de cautela reina nos setores financeiro e produtivo", disse.

"A luz no fim do túnel é justamente a pressão do mercado e das agências de classificação de risco sobre o governo para que os fundamentos ortodoxos da economia sejam retomados", disse a economista da Tendências Consultoria Alessandra Ribeiro, para quem o tripé formado por superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação foi deixado de lado.

Embora as agências de classificação de risco ainda não tenham confirmado o rebaixamento do risco soberano, o clima de cautela no ambiente de negócios está instalado

A deterioração fiscal é o principal foco de preocupação, uma vez que a avaliação de que falta compromisso do governo brasileiro com as contas públicas levou a S&P, em junho, a colocar a nota soberana do país em perspectiva negativa.

De acordo com os parâmetros da agência de classificação de risco, o Brasil ostenta a nota BBB, o que significa patamar de grau de investimento, com baixo risco para os investidores. "Existe 33% de chance de rebaixamento da nota para BBB nos próximos 18 meses. Durante esse período, vamos verificar o esforço fiscal do governo", afirmou o diretor de ratings soberanos da S&P, Sebastián Briozzo, para quem a manutenção de um superávit primário (economia para pagar os juros da dívida pública) perto de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) é importante para manter a atual nota.

No começo do ano, o governo havia prometido um superávit de 3,1%. No entanto, diante da que-

da na arrecadação federal resultante das desonerações concedidas a alguns setores, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sinalizou em meados de novembro que o percentual ficaria em torno de 2% do PIB. A Tendências, porém, estima que o percentual não ultrapassará 1,7%.

"Um superávit primário na casa dos 3% não é necessário, pois 2% já são suficientes para estabilizar a dívida. O esforço fiscal deve, ainda, contribuir com a política monetária", avaliou o economista e professor da FGV Gabriel de Barros.

México, Chile e Peru estão entre os países latinos que oferecem menos risco que o Brasil, de acordo com estudo da Tendências. "Ainda assim, a situação não é catastrófica", afirmou Alessandra Ribeiro. A opinião é compartilhada por Paulo Sandroni, para quem as eleições representam o principal entrave a mudanças significativas na política econômica.

